

EDITAL Nº 005/2018 DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS, TRIÊNIO 2019/2022, PARA VACÂNCIA: REGIÃO CAPITAL E METROPOLITANA DO RECIFE DE FORMA A COMPOR O CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PERNAMBUCO – CEDCA/PE.

A Comissão Eleitoral, designada em Plenária, e de acordo com o disposto na Lei nº 10.486 de 17 de Setembro de 1990, e nos artigos 4º, 5º e 6º, do Decreto nº 27.480 de 17 de dezembro de 2004, em complemento a Eleição das Entidades Não Governamentais, para triênio 2019/2022 do CEDCA-PE, considerando o resultado das Entidades Não Governamentais Aptas a votar e serem votadas, por região, publicado no DOE-PE de 18.12.18, e existência de vacância: Capital e Região Metropolitana (duas vagas), e deliberação Assembleia Ordinária/CEDCA-PE nº 357ª, realizada em 17.12.18, vem **CONVOCAR** as Entidades não Governamentais para pleitear os respectivos assentos acima mencionados, mediante processo eleitoral, a ser realizada no polo especificado neste edital, no dia 21.01.2019.

REGIMENTO ELEITORAL E COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 1º - A eleição para a escolha das Entidades Não Governamentais, para **VACÂNCIA: REGIÃO CAPITAL E METROPOLITANA DO RECIFE DE FORMA A COMPOR O CEDCA/PE**, que será regulada por este Regimento, nos termos do Edital de Convocação.

§ 1º O processo eleitoral será conduzido pela Comissão Eleitoral designada de acordo com a Resolução nº 090, de 03 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial, do dia 04.08.2018;

§ 2º A Comissão Eleitoral contará com apoio da Diretoria Executiva e técnicos do CEDCA/PE para realização do processo eleitoral;

§ 3º O Cronograma do processo eleitoral está previsto no Anexo I deste Edital.

§ 4º A Comissão Eleitoral dará conhecimento dos termos deste Regimento ao CEDCA/PE para alteração, sugestão e aprovação e ao Ministério Público.

§ 5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, e aviso no Diário Oficial de Pernambuco.

DA COMISSÃO ELEITORAL E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 2º - À Comissão eleitoral composta nos termos do Regimento Interno do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco - CEDCA- PE compete:

- I – coordenar o processo eleitoral das entidades não governamentais para o CEDCA/PE;
- II – examinar a documentação apresentada pelas entidades não governamentais candidatas para votarem quanto para serem votadas;
- III – monitorar a eleição conforme o artigo 9º deste Regimento;
- IV – decidir sobre os casos de impugnação;
- V – divulgar o resultado final da eleição.

Art. 3º - A Comissão eleitoral, de posse dos documentos de que trata o artigo 6º apreciará os mesmos, no prazo de 01 (um) dia útil, e divulgará no Diário Oficial a relação das entidades aptas a votarem e serem votadas, abrindo-se prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir da publicação, para impugnação.

Art. 4º - A Comissão Eleitoral julgará as eventuais impugnações, no prazo de 01 (um) dia útil, homologando e publicando a listagem dos Participantes, no dia 17/01/2018.

DOS ELEITORES

Art. 5º - Poderão se inscrever para participar do processo eleitoral para **VACÂNCIA: REGIÃO CAPITAL E METROPOLITANA DO RECIFE DE FORMA A COMPOR O CEDCA/PE**, as Entidades não governamentais de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, devidamente registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de seus respectivos municípios, nos termos dos Artigos 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente, para votarem e serem votadas.

§1º Para participar do procedimento Eleitoral, tanto para votarem quanto para serem votadas, as entidades não governamentais terão de preencher os seguintes requisitos:

- I – Ter como objetivo estatutário Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II – Possuir, no mínimo, 02 (dois) anos de funcionamento até o dia da Eleição;
- III – Estar registrado (a) no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de sua sede;
- IV – Ter atuação Regional ou Estadual.

§2º Entende-se como atuação Regional ou Estadual a atuação da entidade não governamental em 02 (dois) ou mais municípios do Estado.

§3º A comprovação da atuação Regional ou Estadual será feita pelos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de Certificado de Registro.

§4º Para as Entidades candidatas a serem votadas, há impedimento de se inscreverem no processo de escolha dos candidatos as Entidades que estejam executando Termo de Fomento firmado com o CEDCA/PE.

Art. 6º - As Entidades não Governamentais que preencherem os requisitos referidos no §1º, do Art. 5º, deverão inscrever-se através de requerimento dirigido à Comissão Eleitoral, mediante apresentação da seguinte documentação:

- I – cópia do Estatuto Social em vigor e registrada em cartório;
- II – cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- III – cópia da Ata de eleição e Posse da atual Diretoria, registrada em cartório;
- IV – declaração de funcionamento emitida por dois ou mais Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente da Comarca dos municípios onde a entidade não governamental desenvolve suas atividades;
- V – declaração do presidente da entidade não governamental indicando o nome de seu Delegado Titular e Suplente, aptos a votarem e serem votados;
- VI – relatório de atividades do ano de 2017;
- VII – cópia da Cédula de Identidade e CPF/MF do Delegado (a) e Suplente;
- VIII – formulário de inscrição devidamente preenchido, conforme o modelo anexo II, deste Edital;

§1º É vedado às entidades não governamentais indicar para delegados(as) pessoas estranhas ao seu quadro funcional ou associativo, que tenha qualquer vinculação com a Administração Pública Estadual.

§2º Cada entidade não governamental poderá apresentar apenas um representante com direito a voto na Eleição.

§3º A ausência de documentos mencionados neste artigo acarretará o indeferimento do requerimento de inscrição.

§4º A entidade que manifestar interesse em indicar 01(um) fiscal para participação no ato da eleição, deverá fazer o devido registro no requerimento de inscrição, indicado no inciso VIII do presente Artigo.

Art. 7º- Está impedida de se inscrever no processo de escolha dos candidatos a entidade:

- I - cujo representante no exercício de qualquer mandato tenha apresentado conduta incompatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou tenha sido objeto de condenação criminal por meio de sentença transitado em julgado;
- II - pessoa jurídica de direito público ou entidade de direito privado, vinculada, coordenada, administrada, subordinada ou gerenciada direta ou indiretamente pelo poder público ou da qual faça parte com poder deliberativo ou decisório;
- III - cujo objeto ou finalidade principal seja, por força de lei ou estatuto, incompatível ou conflitante, com o direito, à defesa e/ou superior interesse da criança.

Parágrafo Único - Para as Entidades candidatas a serem votadas, além de se submeterem aos impedimentos estabelecidos no Art. 7º, há impedimento de inscrever no processo de escolha dos candidatos a entidade com assento de titularidade no CEDCA/PE no segundo mandato consecutivo;

DA INSCRIÇÃO E PROCESSO ELEITORAL

Art. 8º - A inscrição da entidade obedecerá ao critério de localização, de acordo com a seguinte distribuição: Capital e Região Metropolitana (duas vagas);

Art. 9º - O local para a inscrição será na sede do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco, conforme distribuição a seguir:

I- Capital e Região Metropolitana: Sede do CEDCA/PE – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco:

(Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife, São Lourenço da Mata e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha).

Art. 10º - Para inscrição, a Entidade deverá encaminhar envelope lacrado, endereçado à Comissão Eleitoral, contendo a lista e os documentos das entidades inscritas, e protocolar:

I – No CEDCA-PE, situado na Rua das Ninfas, nº 65, Boa Vista, Recife-PE, CEP.: 50070310, **no horário das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, nos dias 26/12/2018 a 09/01/2019;** ou através de correspondência enviada por SEDEX, devendo ser cumprido o mesmo horário e prazo de entrega.

Parágrafo Único - Para o envio de envelope através de SEDEX será considerada a data da postagem dos documentos e deverá ser enviado comprovante de postagem para o e- *mail*: eleicao2018sociedadecivil@gmail.com

Art. 11º - Após entrega da lista e dos documentos das entidades inscritas, a Comissão Eleitoral, no prazo de 01 (um) dia útil, irão analisar e, posteriormente, proferir decisão com a indicação das entidades aptas a votarem e serem votadas.

Art. 12º - Da decisão que trata o Art. 11º, abrir-se-á prazo de 02 (dois) dias úteis, para impugnação, a contar da publicação em Diário oficial do Estado, e a Comissão Eleitoral terá prazo de 01 (um) dia útil para apreciar e julgar os recursos.

Art. 13º - Todas as entidades inscritas e homologadas pela Comissão Eleitoral estarão regularmente habilitadas a votar e/ou serem votadas.

DO PRAZO

Art. 14º - O período de inscrição das entidades será de 26/12/2018 a 09/01/2019.

Parágrafo Único - Não serão aceitos pedidos de inscrição apresentados sem documentação, com documentação incompleta, com rasuras ou ressalvas, ou fora do prazo estabelecido para o recebimento das inscrições, previsto neste Edital.

DA ELEIÇÃO

Art. 15º - A eleição das entidades não governamentais que comporão o CEDCA/PE dar-se-á em turno único de votação, das 09h às 16h, no dia 21/01/2019, conforme este Edital e de acordo com o regimento interno do CEDCA/PE, no seguinte local de votação: **Capital e Região Metropolitana: Sede do CEDCA/PE – Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco.**

§1º Somente poderão concorrer as Entidades não Governamentais que tenham o pedido de candidatura deferido.

§ 2º As entidades inscritas da Região Metropolitana votarão em até 02 (duas) entidades candidatas desta região.

§ 3º A votação será secreta, em cédula previamente rubricada pelo Presidente da Comissão Eleitoral, a qual conterà:

I - timbre do CEDCA/PE;

II - nome das entidades não governamentais candidatas, por ordem alfabética;

§4º Cada entidade não governamental poderá apresentar apenas um representante na eleição com direito a voto. No caso de impossibilidade de comparecimento deste a votação, somente poderá substituí-lo o suplente, devidamente indicado.

§5º A cédula em branco, rabiscada ou assinalada em todas as opções será anulada.

Art. 16º - A Mesa Receptora de votos será formada por 03 (três) membros, sendo 01 (um) Presidente, 01 (um) Secretário e (01) Mesário, designados antecipadamente pela Comissão Eleitoral.

§1º- A eleição será acompanhada e fiscalizada, no local da votação, por um membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco, designado para este fim, podendo dela participar representantes das entidades inscritas, em número de 01 (um) por entidade, conforme o disposto no §4º do Art. 6º.

§3º- Os fiscais terão acesso aos documentos da mesa receptora, podendo consignar em Ata impugnações e protestos.

§4º- As impugnações e protestos relativos ao ato eleitoral deverão ser redigidos em formulário padrão (Anexo III deste Edital), dirigido à Comissão Eleitoral, sendo assinados pela Mesa Receptora.

§5º - Os votos impugnados serão tomados em separado, colocados em envelope próprio e depositados na urna eleitoral, constando à exposição dos motivos.

Art. 17º - Cada Delegado(a) inscrito deverá se dirigir ao local de votação munido(a) de documento oficial com foto e após assinar a listagem de delegados (as) inscritos receberá a cédula de votação.

§1º - A cédula de votação conterà em seu interior a identificação das entidades a serem votadas, confeccionada de tal modo que, uma vez dobrada, garanta o sigilo total.

§ 2º - A cédula de votação deverá ser rubricada por todos os membros da Mesa.

Art. 18º - Antes do início da votação, a urna será aberta, devendo o presidente da Mesa Receptora, lavrar a Ata.

Art. 19º Após o encerramento da votação, a urna será lacrada, devendo o presidente da Mesa Receptora, lavrar a Ata da Eleição que conterà as ocorrências.

Parágrafo Único – A Ata, uma vez lavrada, será assinada pela Mesa Receptora, fiscais presentes e pelo representante do Ministério Público.

DA APURAÇÃO

Art. 20º - A contagem dos votos será realizada nos locais de votação, após o encerramento, por uma Junta Apuradora composta pelos membros da Mesa Receptora, e pelo representante do Ministério Público, se presente, nos termos do §1º do Art. 16º deste Regimento, garantida a presença dos fiscais.

§1º Antes da abertura da urna, a junta Apuradora se pronunciará sobre os pedidos de impugnações, protestos e ocorrências, por ventura constante da Ata de Eleição.

§ 2º Caberá recurso imediato à Comissão Eleitoral, registrado em Formulário Específico disponibilizando no local de votação, em caso de discordância do pronunciamento da Junta Apuradora, realizando-se normalmente a apuração com devido registro do recurso.

§ 3º Caberá ao CEDCA-PE recolher, a documentação e o material utilizado na votação e apuração, após a conclusão dos trabalhos da Junta Apuradora, encaminhando-se à Comissão Eleitoral, após o encerramento do pleito.

§ 4º A Junta Apuradora deverá encaminhar ata lavrada, devidamente rubricada e assinada, com o resultado da eleição imediatamente, escaneada e enviar por e-mail: eleicao2018sociedadecivil@gmail.com, em atenção à Comissão Eleitoral.

§ 5º No caso de empate, a entidade não governamental proclamada vencedora será aquela que contar maior tempo de registro em cartório.

Art. 21º - De posse de toda documentação e do material utilizado na votação e apuração, a Comissão Eleitoral irá analisar e, posteriormente, divulgar em Diário Oficial do Estado, resultado da eleição.

Art. 22º - Da decisão que trata o Art. 21º, abrir-se-á prazo de 02 (dois) dias úteis, para impugnação, a contar da publicação em Diário oficial do Estado, e a Comissão Eleitoral terá prazo de 01 (um) dia útil para apreciar e julgar os recursos.

Art. 23º - Após o encerramento da apuração dos votos e/ou julgamento dos recursos, a Comissão Eleitoral homologará o resultado do pleito.

Art. 24º - O resultado final da votação será comunicado pela Comissão Eleitoral à Presidência e Diretora do CEDCA-PE que deverá providenciar a sua publicação no Diário Oficial do Estado.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25º - O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco – CEDCA-PE, dará total publicidade ao processo eleitoral com a divulgação do Edital, dos prazos e das formas de acesso.

Art. 26º - As entidades eleitas terão o prazo de 02 (dois) dias úteis, para indicar seus representantes Titular e Suplente, para compor o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco, e deverão preencher os seguintes requisitos:

- I - Idade superior a 21 anos;
- II - Não exercer cargo comissionado no serviço público estadual e não estar no exercício da função de conselheiro tutelar, durante o período do seu mandato no CEDCA/PE;
- III – Ter Conhecimento na área de proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- IV – Integrar o quadro funcional e/ou associativo da entidade.

Parágrafo Único – Os requisitos que tratam o Art. 26º deste Regimento Eleitoral deverão ser comprovados por meio de:

- I – Cópia da Identidade
- II - Declaração da Entidade eleita de que seu representante titular e suplente não exerce cargo comissionado no serviço público estadual e não estar no exercício da função de conselheiro tutelar no período da gestão no CEDCA-PE.

III - Declaração da entidade não governamental eleita de que seu representante titular e suplente tenha conhecimento na área de proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

IV - CTPS, contrato de trabalho ou Ata de assembleia da Entidade.

Art. 27º - As entidades não governamentais que não enviarem sua indicação no prazo determinado perderão seu direito de participar do CEDCA-PE, convocando-se a entidade imediatamente mais votada na mesma região, indicando seus representantes na forma do Art. 26 deste Regimento Eleitoral.

Art. 28º - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

Recife, 18 de dezembro de 2018.

Natuch Pinto de Lira
Presidente da Comissão Eleitoral

ANEXO I
CRONOGRAMA – PROCESSO ELEITORAL

| | |
|--------------------------------|---|
| 04/08/2018 | Designação da Comissão Eleitoral |
| 21/12/2018 | Aviso de Publicação e Disponibilização do Edital no site: <i>www.cedca.pe.gov.br</i> |
| 26/12/2018 a 09/01/2019 | Período de Inscrições |
| 10/01/2019 | Período de Análise dos Documentos (01 dia útil) |
| 12/01/2019 | Divulgação das entidades aptas a votarem e serem votadas e Divulgação da mesa receptora |
| 14/01/2019 e 15/01/2019 | Prazo para Impugnações (02 dias úteis) |
| 16/01/2019 | Julgamento das Impugnações (01 dia útil) |
| 17/01/2019 | Homologação e Publicação da Lista dos Participantes |
| 21/01/2019 | Eleições |
| 22/01/2019 | Prazo para Comissão Eleitoral analisar documentação oriunda da votação e apuração da Eleição (01 dia útil) |
| 23/01/2019 | Divulgação de Resultado Preliminar da Eleição |
| 24/01/2019 e 25/01/2019 | Prazo para impugnação contra Resultado Preliminar da Eleição (02 dias úteis) |
| 28/01/2019 | Apreciação e Julgamento dos Recursos (01 dia útil) |
| 29/01/2019 | Publicação do Resultado Final da Eleição e Homologação |
| 30/01/2019 e 31/01/2019 | Indicação dos representantes (Titular e Suplente) das Entidades Eleitas para compor o CEDCA-PE (02 dias úteis) |
| 02/Fevereiro/2019 | Ato de Posse dos Conselheiros/CEDCA-PE |

ANEXO II

EDITAL Nº 005/2018 DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS, TRIÊNIO 2019/2022, PARA VACÂNCIA: REGIÃO CAPITAL E METROPOLITANA DO RECIFE, DE FORMA A COMPOR O CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PERNAMBUCO – CEDCA/PE.

Ficha de Inscrição

1. Dados de Identificação

| | | |
|-------------------------------------|---------|---------|
| Nome da Entidade Não Governamental: | | |
| Endereço: | | Nº: |
| Bairro: | Cidade: | |
| CEP: | Região: | |
| Fone: | Fax: | E-mail: |
| Nome do Representante Legal: | | |
| RG nº | CPF nº: | |

2. Registre, na opção abaixo, como será a participação da entidade na Eleição:
 Apenas para votar
 Votar e ser Votada

3. A Entidade tem interesse em indicar 01 (um) fiscal para acompanhar o ato da eleição?
 sim – Nome _____
 Não
 Local: _____, _____ de _____ 201__.

 Assinatura do Representante Legal da Entidade

Protocolo de Inscrição para o Processo de Eleição da Representação da Entidade Não Governamental no CEDCA-PE.

Nome da Entidade: _____

Região: _____

Recebido por: _____ Data: ____/____/____

